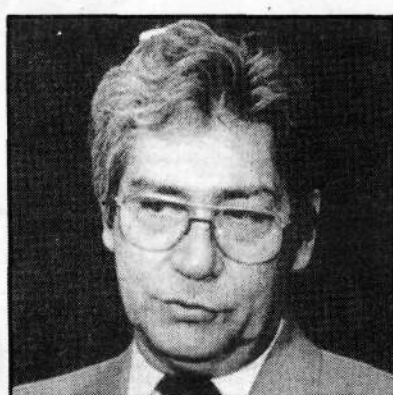


Ulysses adia para terça a votação do sistema de governo

BRASÍLIA — Para ampliar o prazo de negociações e atender aos apelos do PFL, PTB e de presidencialistas — que alegaram o risco de não haver quorum neste fim de semana —, o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, marcou para terça-feira o início da votação do sistema de governo. A decisão — terceira de Ulysses sobre o assunto, no intervalo de uma semana — foi tomada ontem durante reunião com lideranças partidárias e representantes de vários grupos.

Apenas o PMDB, através dos Líderes Fernando Henrique Cardoso, do Senado, e Mário Covas, da Constituinte, e o PCB, do Deputado Roberto Freire (PE), resistiram ao adiamento para terça-feira. Ao final da reunião, cederam à vontade da maioria, porque foi firmado um acordo transferindo para o final do Capítulo do Poder Legislativo a votação da emenda que dá direito ao cidadão de ter iniciativa de leis. Essa proposta não tem apoio do PFL e setores mais conservadores da Constituinte.



Covas: Punição para os ausentes

Apesar do entendimento, Covas procurou mais tarde Ulysses para manifestar sua insatisfação e pedir sanções contra parlamentares que preferem ficar em seus Estados, sem comparecer às sessões. Segundo Covas, é preciso criar mecanismos para tornar obrigatória a presença no plenário, utilizando-se, por exemplo, do



Sant'Anna: Não se trabalha domingo

projeto de resolução que licencia o Constituinte que não comparece a cinco sessões consecutivas.

Antes da reunião com as lideranças e apesar de ter confirmado na véspera a data de domingo para o Presidente Sarney, Ulysses estava convicto de que a votação teria de ficar para a próxima semana. Depois

de se reunir com o Ministro da Justiça, Paulo Brossard, Ulysses admitiu dificuldades para iniciar a votação amanhã. Do gabinete, ele telefonou a Sarney e avisou que a votação do sistema de governo deveria ficar para terça-feira, conforme desejo da maioria dos parlamentares.

A proposta de deixar a votação da emenda da iniciativa popular para segunda ou terça-feira, antes do Capítulo que trata do sistema de governo, foi feita pelo Líder do PT, Deputado José Genoíno (SP).

— Domingo não é dia de trabalho — sentenciou o Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), em posição semelhante à de outros Deputados, que acham que o fim de semana não é ideal para iniciar a votação desse tema.

No fim de semana, Ulysses insistirá, por telefone e telegramas — inclusive pedindo a colaboração dos Governadores —, para que todos os parlamentares estejam em Brasília segunda-feira.

Deputado pretende punir os parlamentares faltosos

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, está disposto a examinar propostas de punição — que variam da suspensão à perda do mandato — aos parlamentares que faltam às sessões, caso continuem resistindo aos seus apelos quanto à necessidade de quorum para votação da nova Carta. Ele considera indesculpável que a Constituinte encerre a próxima semana sem votar o sistema de governo.

— Estou disposto a examinar essa solução — disse Ulysses, ontem, do plenário da Assembleia, ao ouvir pedido do Deputado José

Genoíno (PT-SP) para que a Mesa se defina sobre o projeto de decisão do Deputado Paulo Delgado (PT-MG), que prevê a perda do mandato do Constituinte que faltar a três sessões consecutivas ou cinco alternadas.

Ontem, a sessão foi aberta às 14h30m, conforme a convocação, mas teve que ser suspensa por 30 minutos, por falta de número. A votação só pôde começar após as 15h, depois de acionadas as campainhas para avisar aos parlamentares do início dos trabalhos e de uma verificação de quorum que revelou a presença de 300 Constituintes.

Plenário mantém decreto-lei e inverte decurso de prazo

BRASÍLIA — O decreto-lei vai continuar existindo mas o decurso de prazo terá sua função invertida, passando a significar sua recusa pelo Congresso, e não a aprovação, como ocorre hoje.

A decisão foi tomada ontem pelo plenário da Constituinte, ao recusar emenda que eliminava o decreto-lei. Apresentada pelos Deputados Adilson Mota (PDS-SP) e Lídice da Matta (PCdo B-BA), a emenda teve 78 votos favoráveis, 275 contrários e sete abstenções.

Ao fazer a defesa do decreto-lei, o Vice-Líder do PMDB Egydio Ferreira Lima ressaltou que vários países democráticos, entre eles Itália, França e Grécia, adotam este instituto.

O decreto-lei brasileiro é cópia do italiano, e determina que, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, submetendo-as de imediato ao Congresso, que será convocado extraordinariamente em caso de recesso. Se o Congresso não aprovar, dentro de 30 dias, as medidas, elas serão anuladas desde a data de edição do decreto-lei.

Foi rejeitada também emenda do Deputado Francisco Pinto, determinando que a aprovação de leis complementares só poderá ser feita por maioria absoluta expressa através do voto nominal. Manifestando-se contra, o Deputado José Jorge (PFL-PE) disse que todas as leis, inclusive as ordinárias, devem ser aprovadas por voto nominal, e a inclusão da emenda na Constituição poderia levar à interpretação de que isto só se aplicaria às leis complementares. A proposta teve 99 votos a favor, 226 contra e 11 abstenções.

A única emenda aprovada ontem pelo plenário — 297 a dois e duas abstenções — aumenta os poderes do Legislativo, ampliando a fiscalização do Congresso sobre as entidades da administração direta e indireta — ministérios, autarquias e empresas de economia mista.

O Congresso vai verificar se as verbas do Orçamento da União foram aplicadas corretamente, segundo critérios de eficiência, legalidade e legitimidade, e terá acesso ao detalhamento contábil das operações realizadas.

Valente pede que empresários não discutam mandato

PORTO ALEGRE — Ao pregar ontem a independência das entidades empresariais na discussão sobre a duração do mandato do Presidente José Sarney, o Presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul), Cesar Rogério Valente, contestou as notícias de que o empresariado estaria engajado no apoio aos cinco anos.

— Há os que dependem do Governo e por isso têm rabos que os obrigam a tomar posição favorável — ironizou.

Para Valente, o mandato do Presidente Sarney é uma questão que deve ser resolvida exclusivamente pelos Constituintes, "pois é uma disputa pelo poder". A seu ver, entretanto, as pressões do Palácio do Planalto a favor dos cinco anos "são normais e compreensíveis".

Ressaltando que há empresários que apóiam de-

terminadas posições por convicção ou por posicionamento ideológico, Valente criticou a conduta dos segmentos do setor que "fazem declarações hipócritas sem assumir abertamente suas atitudes".

Defensor dos lobbies e do apoio financeiro dos empresários a candidatos identificados com suas causas, Cesar Rogério Valente entende que a questão do mandato presidencial interessa apenas à política partidária.

— Não se pode mentir dizendo que mais tempo, ou menos tempo, terá influência na solução da crise econômica — frisou.

Ele não aceita que empresários, como Romeu Trussardi, Presidente da Associação Comercial de São Paulo, defendam os cinco anos alegando que uma eleição este ano perturbaria a política econômica do Governo.